

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 4/2024-PGJ, DE 08 DE MARÇO DE 2024.

Dispõe sobre o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de membros e servidores ocupantes de cargos em comissão no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 7 da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO que as atualizações da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), produzidas pelas Resoluções CNMP nºs 172, de 4 de julho de 2017; 192, de 9 de julho de 2018; e 241, de 28 de setembro de 2021, tornam necessária a atualização da regulamentação interna do Ministério Público de Mato Grosso do Sul sobre a temática,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam adotadas no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) as disposições normativas do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) sobre o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de membros e servidores ocupantes de cargos em comissão no mesmo ramo do Ministério Público, conforme a Resolução CNMP nº 37, de 28 de abril de 2009, com suas alterações, ou outra que vier a substituí-la.

Art. 2º O nomeado ou designado, antes da posse, deverá declarar por escrito não ter relação familiar ou de parentesco que importe nas práticas vedadas na Resolução nº 37/2009-CNMP ou outra que vier a substituí-la.

Art. 3º Fica revogada a Resolução nº 7/2010-PGJ, de 13 de abril de 2010.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande-MS, 08 de março de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1039/2024-PGJ, DE 7.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6446/2023-PGJ, de 27.11.2023, que estabeleceu a escala de plantão integrado dos Promotores de Justiça de Campo Grande referente ao ano de 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
26.2 (19h01min) a 4.3.2024 (11h59min)	Aline Mendes Franco
27.5 (19h01min) a 3.6.2024 (11h59min)	Candy Hiroki Cruz Marques Moreira
25.11 (19h01min) a 2.12.2024 (11h59min)	Daniela Cristina Guiotti

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
4 (19h01min) a 11.3.2024 (11h59min)	José Arturo Iunes Bobadilla Garcia



• passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
26.2 (19h01min) a 4.3.2024 (11h59min)	José Arturo Iunes Bobadilla Garcia
27.5 (19h01min) a 3.6.2024 (11h59min)	Daniela Cristina Guiotti
25.11 (19h01min) a 2.12.2024 (11h59min)	Candy Hiroki Cruz Marques Moreira

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
4 (19h01min) a 11.3.2024 (11h59min)	Fernando Jorge Manvailer Esgaib

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 955/2024-PGJ, DE 4.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo 20 (vinte) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 28.2 a 18.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00002029-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 894/2024-PGJ, DE 4.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Tiago Di Giulio Freire 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 1º a 30.4.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00002025-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 886/2024-PGJ, DE 4.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Aline Mendes Franco 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 4.3 a 2.4.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00002024-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 958/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior 14 (quatorze) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 23.2 a 7.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00002035-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 957/2024-PGJ, DE 4.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Aroldo José de Lima 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 26.2 a 26.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00002034-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 956/2024-PGJ, DE 4.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Grazia Strobel da Silva Gaifatto 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 4.3 a 2.4.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00002030-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-294/2024 - PGJ, DE 11.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Procurador(a) de Justiça Silasneiton Goncalves 8 (oito) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 26.2 a 4.3.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° e-293/2024/PGJ, DE 11.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução n° 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Alex Augusto da Silva Graca, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença casamento, no período de 1 a 8.3.2024, bem como o apostilamento de seu nome junto aos cadastros deste Órgão, de modo que passe a constar ALEX AUGUSTO GRAÇA SCHMIDEL, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei n° 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 047/PGJ/2024**

Processo: 09.2024.00000883-8

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
- 2- **GUILHERME FARIAS DE SOUZA LTDA**, representada por **Guilherme Farias de Souza**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Fornecimento de areia branca, para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Engenharia/PGJ.

Valor estimado mensal: R\$ 875,00 (oitocentos e setenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho n° 2024NE000595, de 19.02.2024.

Vigência: 11.03.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 11 de março de 2024.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 031/PGJ/2024

Processo: 09.2024.00000066-8

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
- 2- **HEITOR FERNANDO ANDRADE**, representada por **Heitor Fernando Andrade**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho n° 2024NE000138, de 12.01.2024.

Vigência: 07.03.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 7 de março de 2024.



EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

AMAMBAI

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Amambai nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento da Inquérito Policial nº 08.2022.00085952-8 (Autos nº 0001166-79.2022.8.12.0004), em que constam como investigado(a/s) Nivaldo Benites Gonçalves² e vítima Aracilda Martins, conforme se transcreve: "Assim, por entender que não há indícios suficientes para o devido processo legal, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento dos autos, ressaltando o disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal".

Amambai/MS, 08 de março de 2024.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES
Promotora de Justiça

APARECIDA DO TABOADO

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial autuado sob o nº 0001288-66.2021.8.12.0024, **ao investigado** Adeilton Ribeiro Vieira, conforme se transcreve: "Ante o exposto, tendo em vista a insuficiência dos elementos de informação quanto a autoria e materialidade delitivas com relação à infração penal disposta no art. 129, 9º, do Código Penal, o Ministério Público requer o arquivamento do presente inquérito policial, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal".

Aparecida do Taboado/MS, 08 de março de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI
Promotor de Justiça

¹ "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

² Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais

³ "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial autuado sob o nº 0802160-77.2023.8.12.0024, em que constam como investigados Paulo Roberto da Silva, Miriã Belchior da Silva, Elizelton Belchior da Silva, Paulo Belchior da Silva Filho e Rosivaldo Juracema da Silva, e vítimas Malica Souto dos Santos e Vinicius Henrique Santos Silva, conforme se transcreve: “Ante a ausência de justa causa à propositura da ação penal, o Ministério Público requer o arquivamento do presente inquérito policial, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal”.

Por oportuno, **em caso de discordância do arquivamento**, a vítima ou seu representante legal poderá, no **prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da publicação desta notificação, apresentar **pedido de revisão da decisão**, acompanhado das respectivas razões, bem como apresentar eventuais fatos novos, diligências, e testemunhas que possam corroborar a elucidação dos fatos, mediante protocolo na 1ª Promotoria de Justiça de Aparecida do Taboado/MS, a teor do que disciplina o artigo 28 do Código de Processo Penal e artigos 4º, 5º e 6º, todos da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023.

Aparecida do Taboado/MS, 08 de março de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI
Promotor de Justiça

BONITO

EDITAL N. 0008/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00000303-9

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Nilton Jorge Matos, Mayara Macarine Albuquerque Viana, Victor Jorge Matos

Assunto: Apurar o recebimento do Laudo Técnico n. 175/22/NUGEO, o qual relata uma supressão de 2,73 hectares de vegetação nativa na Fazenda Boa Esperança.

Bonito – MS, 06 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL N. 0009/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00000346-1

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Maria Aparecida dos Santos

Assunto: Apurar as irregularidades apontadas no autos de infração n. 12262/2023 da Polícia Militar Ambiental, lavrado em desfavor de Maria Aparecida dos Santos.

Bonito – MS, 06 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR
Promotor de Justiça

⁴ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EDITAL N. 0010/2024/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00000768-0

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: ORLANDO MOREIRA JACQUES, MJ Agropecuária Ltda

Assunto: Analisar o desmatamento de 9,40 hectares de vegetação nativa na Fazenda Princezinha (Parte 2), detectados pelo Laudo Técnico n. 264/22 do NUGEO,

Bonito – MS, 06 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0011/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00000802-3

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Breno Ferreira Moraes, Diego Ferreira Moraes

Assunto: Adotar providências ante a construção de drenos irregulares na Fazenda Bodoquena, situada no município de Bonito.

Bonito – MS, 06 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0012/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00000550-4

Requerente: Nome da Parte Ativa Seleccionada << Nenhuma informação disponível >>

Requerido: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito, Ceitacorê Eco-turismo LTDA - ME

Assunto: Apurar o recebimento do auto de infração n. 12107/2023 do IMASUL, tendo como autuado o empreendimento Ceita Corê Ecoturismo Ltda – ME.

Bonito – MS, 06 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0013/2024/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00000601-4

Requerente: Fundação Neotrópica do Brasil - Bonito - MS

Requerido: Vladimir Figueiredo

Assunto: Apurar o desmatamento de 0,46 hectares de vegetação nativa na Fazenda Palmares.

Bonito – MS, 06 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0014/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00000602-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Via Magna Infraestrutura Ltda

Assunto: Analisar o excesso de desmatamento feito pela empresa Via Magna para a construção da Rodovia do Turismo.

Bonito – MS, 06 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0015/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00000288-4

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Via Magna Infraestrutura Ltda

Assunto: Apurar o recebimento dos autos de infração n. 5294 encaminhado pela PMA, o qual informa um desmatamento em área de preservação permanente feito pela empresa Via Magna Infraestrutura LTDA, quanto da construção da Rodovia do Turismo.

Bonito – MS, 06 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0016/2024/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00000302-8

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Adilson Geib

Assunto: apurar o recebimento do auto de infração n. 11490/2022 do IMASUL, que informa uma supressão de 15,7996 hectares de vegetação nativa em área de preservação permanente, bem com 5,892 hectares fora de proteção especial, bem como a regularidade da construção de um açude, todos ocorridos na Fazenda Sertanejo Bonito.

Bonito – MS, 06 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0018/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00000280-7

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: José Carlos Bolzan

Assunto: Analisar o recebimento do relatório de vistoria n. 002/2023 da PMA, informando falta de conservação de solo na propriedade Fazenda Serradinho X, a qual está causando turvamento no Rio da Prata, bem como suposta área de preservação permanente degradada.

Bonito – MS, 07 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0020/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2024.00000036-8

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Leandro Palombo

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de derramamento de óleo, armazenamento irregular de agrotóxicos, e despejo de esgoto no Rio Formoso, especificamente na Fazenda São João, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 014327/2023 (IMASUL), bem como Relatório de Fiscalização Ambiental nº 036/4ªCIA BPMA/2023.

Bonito – MS, 07 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0021/2024/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2024.00000108-9

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Sônia Maria Teixeira Rodrigues

Assunto: Apurar a irregularidade ambiental informada pelo auto de infração n. 14677/2024 do IMASUL, constatando construção irregular em APP e, ainda, instalação de decks em desacordo com a Resolução CECA n. 52/22.

Bonito – MS, 07 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0022/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2024.00000026-8

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Agropecuária Rio Formoso LTDA

Assunto: Apurar as irregularidades apontadas no auto de infração n. 14277/2023 envolvendo a Fazenda América

Bonito – MS, 07 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0025/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00000282-9

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Odair Silva

Assunto: Analisar os documentos encaminhados pelo IMASUL, mais precisamente o processo NUP 71/042181/2022.

Bonito – MS, 07 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0026/2024/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00001319-2

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: A

Assunto: Apurar possível despejo de esgoto no córrego urbano de Bonito.

Bonito – MS, 07 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

BRASILÂNDIA

EDITAL N. 0001/2024/41ZE/BRS

A Promotoria de Justiça da 41ª Zona Eleitoral, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2024.00002617-0

Requerente: Ministério Público Eleitoral

Requerido: A Apurar

Assunto: Acompanhar o planejamento e a preparação das Eleições Municipais de 2024.

Brasilândia/MS, 10 de março de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor Eleitoral

EDITAL N. 0003/2024/PJ/BR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001256-0

Requerente: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

Requerido: Hamilton José de Oliveira

Assunto: apurar eventual irregularidade na construção e instalação de uma granja de suínos no Assentamento Pedra Bonita, pertencente a Hamilton José de Oliveira.

Brasilândia/MS, 08 de março de 2024.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça



CORUMBÁ

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 08.2023.00036550-5, 0900210-89.2023.8.12.0008, em que constam como investigado ROMARIO FERREIRA DE SOUZA e vítima S. O. T., conforme se transcreve: “carece o feito de justa causa suficiente à promoção da ação penal pública, na medida em que nenhum elemento de informação corrobora a existência da infração penal veiculada na investigação policial em tela”

Corumbá, 07 de março de 2024

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES
Promotor de Justiça

COSTA RICA

EDITAL N. 0004/2024/01PJ/KCA.**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO - NF**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Costa Rica/MS, nos termos do disposto no art. 11, § 1º, da Resolução n. 015/2007-PGJ/MS, comunica a requerente Lidiane Cabral Edvirges a decisão de arquivamento dos autos da Notícia de Fato n. [Número do MP], em que constam como requerente Lidiane Cabral Edvirges e requerido o Município de Costa Rica/MS, para eventual interposição de recurso, no prazo de 10 (dez) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.

Costa Rica/MS, 08 de março de 2024.

GEORGE CÁSSIO TIOSSO ABBUD
Promotor de Justiça

DOURADOS

EDITAL Nº 0004/2024/11PJ/DOS**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 11ª Promotoria de Justiça de Dourados da Comarca de Dourados, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0007835-28.2020.8.12.0002 e SAJMP nº 08.2020.00160900-0, em que constam como investigado a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e vítima a Coletividade, conforme se transcreve: “Diante disso, o Ministério Público Estadual requer a Vossa Excelência seja reconhecida a prescrição da pretensão punitiva ESTATAL referente ao crime previsto no Artigo 56, §3º da Lei 9.605/98, e a *abolitio criminis* referente ao crime previsto no Art. 15 da Lei 7.802/98, declarando-se EXTINTA A PUNIBILIDADE da EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, nos termos dos artigos 109, inciso V e 107, inciso III, ambos do Código Penal.

Dourados, 08 de março de 2024.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor de Justiça



NAVIRAÍ

ANEXO III DA RESOLUÇÃO Nº 17/2022-PGJ, DE 19 DE ABRIL DE 2022
MODELO DE EDITAL

EDITAL Nº 003/2024/01PJ/NVR

Edital de Ciência de Eliminação de Documentos

A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAVIRAÍ/MS faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 03/2024/01PJ/NVR, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Naviraí/MS, 08/03/2024.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO
Promotoria de Justiça

Lista de Eliminação de Documentos nº 02/2024/01PJ/NVR

PROVENIÊNCIA – 1ª Promotoria de Justiça de Naviraí/MS	PROCEDÊNCIA – 1ª Promotoria de Justiça de Naviraí/MS		
Órgão / Setor: 1ª Promotoria de Justiça	Órgão / Setor – 1ª Promotoria de Justiça		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
200 – Pedidos de Providências PEPROV 2006 – 05/2006, 16/2006 PEPROV 2007 – 10/2007, 16/2007 PEPROV 2008 – 04/2008 PEPROV 2009 – 01/2009, 02/2009, 04/2009 e 06/2009	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ. A Lista de Eliminação de Documentos nº 03/2024/01PJ/NVR	2006	2009
200 – Procedimento de investigação preliminar PIP 2002 – 01/2002 PIP 2003 – 01/2003 PIP 2004 – 01/2004 PIP 2006 – 01/2006, 02/2006, 03/2006, 05/2006	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ. A Lista de Eliminação de Documentos nº 03/2024/01PJ/NVR	2003	2006
200 – Inquéritos Cíveis IC 1992- 16/1992 IC 1993 – 01/1993, 03/1993 IC 1994 – 03/1994 IC 2003- 02/2003 IC 2008 – 03/2008, 05/2008, 07/2008 IC 2010 – 02/2010, 03/2010 IC 2011- 08/2011, 20/2011, 23/2011, 28/2011 34/2011, 42//2011, 43/2011 IC 2012 – 10/2012, 17/2012, 21/2012, 26//2012, 36/2012, 45/2012 IC 2013 – 03/2013, 08/2013	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ. A Lista de Eliminação de Documentos nº 03/2024/01PJ/NVR	1992	2012
200 – Procedimento Preparatório PP 2009 - 03/2009 PP 2011 – 19/2011, 24/2011, 34/2011, 37/2011, 39/2011, 40/2011 PP 2012 – 13/2012, 14/2012	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ. A Lista de Eliminação de Documentos nº 03/2024/01PJ/NVR	2009	2012
Maria Rosa Ferreira Naviraí/MS, 08/03/2024			



PARANAÍBA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – PA Nº 09.2024.00002611-4**Portaria n. 01/2024/PJE**

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo acompanhar o planejamento e a preparação das Eleições Municipais de 2024.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);
2. Expeça-se ofício circular conforme Orientação Técnica 01/2024 do Núcleo Eleitoral e após encaminhe-se cópia para as autoridades do Município integrante desta Zona eleitoral, conforme sugerido, notadamente ao Prefeito Municipal, Vereadores, Procurador-Geral do Município, Secretários Municipais e Chefe do Controle Interno.
3. Junte-se a Recomendação que segue anexo, promovendo-se as devidas notificações.
4. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Cumpra-se.

Paranaíba/MS, 08 de março de 2024.

LEONARDO DUMONT PALMERSTON

Promotor de Justiça Eleitoral



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2º Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba/MS, nos termos do disposto no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos autos nº 0900061-29.2024.8.12.0018, em que consta como investigado Blesman Bianor Motta Lourenço e vítima Nilcelia Batista da Silva, conforme se transcreve: “Pelo exposto, à míngua de justa causa que permita a *persecutio criminis in iudicio*, ordeno o ARQUIVAMENTO deste inquérito policial, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula nº 524 do Supremo Tribunal Federal.”

Finalidade: A cientificação da parte Blesman Bianor Motta Lourenço, uma vez que não manteve atualizados o telefone e o endereço informados por ocasião de sua oitiva em Delegacia de Polícia.

Paranaíba/MS, (Data da assinatura digital)

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

2º Promotor de Justiça

TERENOS

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Terenos, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 08.2023.00204705-2, em que consta como vítima Celina Morel,⁶ e investigado Wagner Lopes, conforme se transcreve: “Compulsando os autos, e diante dos elementos de prova nele contidos, verifica-se que o arquivamento é medida que se impõe, ante à ausência de justa causa para o oferecimento de ação penal. Deste modo, o Ministério Público requer o arquivamento do presente feito, conforme dispõe o art. 395, inciso III do Código de Processo Penal”.

Terenos-MS, 07 de março de 2024.

EDUARDO DE ARAUJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

⁵ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁶ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.